Newsletter da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu - Director: Carlos Miguel Coelho - Rue Wiertz - ASP8E150 Bruxelles - Janeiro/Fevereiro 2008 nº 109



Eurodeputados do PSD e JSD formam jovens para o futuro

O Grupo Europeu do PSD e a JSD organizaram a **Universidade Europa**, que teve lugar em Cantanhede de 15 a 17 de Fevereiro. O objectivo era formar um grupo de 60 jovens com informação sobre as várias áreas temáticas da UE e em especial sobre o **Tratado de Lisboa** para que depois estes jovens participem em acções de esclarecimento por todo o país.



PÁG.02



CARLOS COELHO

Tratado de Lisboa

O **Tratado de Lisboa** vem **pôr cobro a uma crise institucional** excessivamente longa. A UE, no essencial, foi mantendo os seus processos decisórios enquanto se foi alargando. Hoje, porém, são 27 países e já não apenas 6, à volta da mesa.

Era importante agilizar os processos de decisão, **reduzir drasticamente as votações por unanimidade** no Conselho, simplificar procedimentos e extinguir o arcaico sistema de pilares.

Tudo isto está consagrado no Tratado mas há mais ainda. É finalmente atribuído **valor jurídico vinculativo à Carta dos Direitos Fundamentais** traduzindo a realidade que, para além dos interesses comerciais, há valores comuns na UE; e que, para além da Europa das mercadorias, dos capitais e dos serviços, somos também uma **Europa de cidadãos**.

Igualmente importante é o **envolvimento dos Parlamentos nacionais** no processo legislativo comunitário controlando a aplicação do princípio da subsidiariedade e a inovação da **Petição Legislativa** que confere aos cidadãos a capacidade de propor medidas legislativas.

Por tudo isto, o Tratado de Lisboa merece a confiança dos nossos concidadãos, deve ser ratificado e entrar em vigor antes das próximas eleições europeias.

Duarte Freitas critica Ministro da Agricultura

"Governo Português mantém sector das pescas à deriva..."

Ano novo vida velha ... Assim se queixam os profissionais da pesca do nosso país, cada vez mais afundados nas malhas de um Governo insensível à crise instalada no sector. Assim foi em 2007, já o havia sido em 2006, e assim será em 2008 se o barco continuar sem rumo.



PÁG.05

Carlos Coelho defende



nova estratégia da União Europeia sobre os Direitos da criança

O Parlamento Europeu aprovou a "Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança" que contou com a quase unanimidade dos Deputados europeus. O Deputado Carlos Coelho defendeu que se "a violência contra quem não se pode defender é particularmente condenável, a violência contra as crianças é especialmente odiosa."

PÁG.06



Vasco Graça Moura

critica "truques" chineses para concorrer com indústria têxtil europeia

Para **Graça Moura** a produção europeia compete com países que "desvalorizam artificialmente a moeda", "não respeitam as regras de protecção ambiental" nem "suportam os custos dela, violam com frequência os direitos de propriedade intelectual".



PÁG.08

Universidade Europa

Eurodeputados do PSD e JSD formam jovens para o futuro



Plateia dos participantes na Universidade Europa presentes em Cantanhede

Grupo Europeu do PSD e a JSD organizaram a **Universidade Europa**, que teve lugar em Cantanhede de 15 a 17 de Fevereiro. O objectivo era formar um grupo de 60 jovens com informação sobre as várias áreas temáticas da UE e em especial sobre o Tratado de Lisboa para que depois estes jovens participem em acções de esclarecimento por todo o país. O PSD e a JSD são os únicos partidos em Portugal que adoptaram um estratégia de informação e esclarecimento aos cidadãos portugueses.

Os participantes foram seleccionados entre **200 candidatos**, procurando ter representantes de cada distrito. São jovens quadros de grande qualidade que garantiram o sucesso deste evento.

A estes jovens foram dados materiais como powerpoints e brochuras, um manual de Perguntas e Respostas sobre o Tratado de Lisboa, entre outros materiais didácticos desenvolvidos pelo Grupo Europeu do PSD para serem Os participantes foram seleccionados entre 200 candidatos, procurando ter representantes de cada distrito. São jovens quadros de grande qualidade que garantiram assim o sucesso deste evento.

utilizados como suporte de informação pelos formadores da JSD. Sempre que possível, estas sessões terão a participação de um Eurodeputado do PSD e de outras pessoas entre Deputados, dirigentes nacionais e distritais. Destina-se não só aos mais jovens mas sim a todos os interessados. Dos jovens participantes, 6 irão ser seleccionados para fazer um estágio de 6 meses no Parlamento Europeu em

Bruxelas com o objectivo de formar jovens quadros e aumentar o contacto dos jovens portugueses com as matérias europeias. Do programa constou um debate sobre "Porque a Europa parece tão longe de nós" que teve início com uma mensagem vídeo do Presidente do Parlamento Europeu Hans Gert Pottering, e da Comissária Meglena Kuneva, onde os jovens apresentaram várias soluções entre as quais destacamos a inclusão do "europês" nos programas lectivos da escola primária ao ensino superior. A Deputada Zita Seabra foi a convidada deste debate e comentou todas as intervenções dos alunos.

João de Deus Pinheiro foi o primeiro dos oradores "Que fronteiras e que papel para a Europa no Mundo?" segundo alguns dos participantes a aula de Deus Pinheiro "foi divinal". O Prof. Deus Pinheiro "pegou" na pergunta que dava título à sua conferência e avançou para uma reflexão sobre o Mundo em que vivemos tão diferente a cada dia que passa.



Dos jovens participantes, 6 irão ser seleccionados para fazer um estágio de 6 meses no Parlamento Europeu em Bruxelas

O fenómeno da Globalização, as novas preocupações dos cidadãos europeus, a consciência ecológica e ambiental, o descrédito das Instituições e dos Políticos, o problema do futuro das reformas e pensões numa geração que classificou como "Geração do Bem-Estar" serviram de enquadramento ao debate que teve lugar com as perguntas dos alunos que se mostraram muito bem preparados, colocando questões pertinentes às quais a construção europeia não poderá ficar alheia. Da UE falou dos esforços pela defesa da via diplomática, da opção pela Solidariedade e Acção Humanitária, do estabelecimento de relações de parceria e boa vizinhança com blocos emergentes, da procura constante de interacção num espaço cada vez mais multicultural, entre outros. Lembrou que "a postura que tem sido seguida permite a todos os cidadãos europeus andarem de queixo levantado em qualquer parte do Mundo."

No segundo dia desta iniciativa foi a vez de José Silva Peneda falar sobre "Mais flexibilidade, mais mobilidade, mais emprego". Analisando de início alguns dos problemas do actual panorama (questão demográfica, diferenças nos vários modelos sociais dos países europeus, lentidão no crescimento da Economia Portuguesa, falta de uma só voz na política externa da Europa, entre outros), Silva Peneda afirmou que "ninguém está em condições de prometer empregos estáveis."

Ao longo de toda a sua exposição, apontou para o caminho da adaptação aos novos tempos e da valorização, cabendo à União Europeia a procura da coesão social que será imprescindível à existência de um "sentido de pertença" da Identidade Europeia. Mostrouse favorável à Flexigurança (com as devidas adaptações), à defesa dos altos quadros e à possibilidade de opção por esquemas complementares de Segurança Social.

Para a aula de Ambiente, sob o tema "Alterações Climáticas e Energias Renováveis: Cumprir Quioto", os alunos contaram com José Eduardo Martins, Deputado do PSD e ex-Secretário de Estado do Ambiente. O Prof. José Manuel Canavarro, dirigente nacional do PSD e Pró-Reitor da Universidade de Coimbra abordou sem complexos o tema "Erasmus e Bolonha: Somos Todos Europeus?."



Carlos Coelho abordou o tema "Mais Europa, Melhor Europa" incidiu sobre as alterações que a União Europeia trouxe ao quotidiano dos cidadãos e as que ainda vai trazer com o Tratado de Lisboa que classificou como "Bom". Sobre este documento, Carlos Coelho debruçou-se em pormenor, procurando ver os prós e contras de cada alteração que introduz.

Em termos de modelo político, **Carlos Coe-Iho** defende "uma Europa do equilíbrio". Desviando-se um pouco da posição de Churchill que defendia os "Estados Unidos da Europa", o Deputado Europeu afirma-se mais pela "Europa de Durão Barroso". Citando Jacques Delors "uma Federação de Estados-Nação", Coelho admitiu que numa UE alargada, o reforço de componentes federais é a única saída contra a paralisia e o bloqueio das instituições comunitárias.

Analisando de início alguns dos problemas do actual panorama, Silva Peneda afirmou que "ninguém está em condições de prometer empregos estáveis."



Silva Peneda: Comissão Barroso está de parabéns

Agilizou a "Estratégia de Lisboa" e a Europa cresceu pela primeira vez mais do que os Estados Unidos da América

Parlamento Europeu aprovou um Relatório sobre as Orientações Gerais das Políticas Económicas 2008-2010. Este foi um debate conjunto sobre a Estratégia de Lisboa com o Conselho e a Comissão que contou com a participação activa do Deputado José Silva Peneda em nome do Partido Popular Europeu e do PSD.

Segundo Silva Peneda, depois da revisão da Estratégia de Lisboa levada a cabo por Durão Barroso, que permitiu agilizar e criar objectivos claros, são conhecidos os seguintes resultados:

"Em 2006, a União Europeia registou o maior crescimento económico desde 2000 (com um crescimento de 3%). Em 2007, a União Europeia cresceu, mais (2,9%) que os EUA (2,2%) e alguns novos Estados-Membros aproximaram-se ou até ultrapassaram a barreira dos dois dígitos."

"Para quem andou a afirmar que a revisão da Estratégia de Lisboa tinha deixado de dar importância às questões sociais a resposta aí está: em 2006 o emprego cresceu (1,6%) três vezes mais da média registada nos 5 anos anteriores (0,5%)". Nos últimos dois anos foram criados mais de 6 milhões e meio de **novos empregos** e prevêem-se criar mais 5 milhões até 2009. "É preciso ir à década de 80 para encontrar valores parecidos" afirmou o Deputado do PSD.



Mas "há mais" disse Silva Peneda: "em 2006, a produtividade (medida em termos do crescimento do PIB por trabalhador) na Europa cresceu, em 2006 (1,5%) mais do que a média anual verificada entre 2000 e 2005 (1,2%)."

"Pela primeira vez há muitos anos, o crescimento da produtividade na Europa foi superior ao dos EUA (1,4%)."

"Embora não se possa afirmar que estes resultados são consequência exclusiva da Estratégia de Lisboa, também não se pode negar que ela não tenha contribuído para a sua obtenção. Felicito assim a Comissão pela forma como tem coordenado a Estratégia de

Na opinião de Silva Peneda, a economia europeia pode continuar a crescer e mais empregos poderão ser criados "se nos próximos anos melhorar a coordenação das políticas económicas dos Estados Membros, se o mercado interno for mais aprofundado, se o diálogo social for promovido, se os aumentos salariais acompanharem o ritmo de crescimento da produtividade, se existir um sistema de supervisão financeira eficaz, se a quinta liberdade - a do conhecimento - se fortalecer e se a União Europeia mostrar sinais evidentes que quer defender os seus interesses," o que significa não ser um "sujeito passivo do fenómeno da globalização mas, pelo contrário, mostrar que está disposta a exercer um papel determinante no seu controlo". 🖃





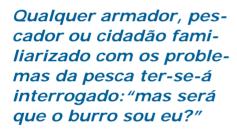
Duarte Freitas critica Ministro da Agricultura

"Governo Português mantém sector das pescas à deriva..."

no novo vida velha... Assim se queixam os profissionais da pesca do nosso país, cada vez mais afundados nas malhas de um Governo insensível à crise instalada no sector. Assim foi em 2007, já o havia sido em 2006, e assim será em 2008 se o barco continuar sem rumo.

Analisando a evolução dos acontecimentos em matéria de Pescas no nosso país **será oportuno perguntar se Portugal tem alguém que tutele este sector.**

O Conselho Europeu de Pescas de Dezembro confirmou aquilo que já se esperava: Dos 14 recursos de pesca regulados em águas portuguesas, 11 viram as suas quotas reduzidas, 2 mantiveram-se estáveis em



relação a 2007, e apenas a pescada registou um aumento de quota de 15%...e simultaneamente uma diminuição do esforço de pesca, o que no mínimo é paradoxal!

No registo daquilo que vem já sendo habitual, o Ministro Jaime Silva, que continua a viver noutro país que não Portugal, classificou de muito bons os resultados deste Conselho de Pescas com presidência portuguesa. Qualquer armador, pescador ou cidadão fa-



miliarizado com os problemas da pesca terse-á interrogado: "mas será que o burro sou eu?"

Os pescadores, que o Sr. Ministro recusa receber, há muito que pedem uma intervenção, por pequena que seja, que os ajude a fazer face aos problemas graves relacionados com os preços dos combustíveis.

A resposta do Governo também não tardou: o Sr. Ministro já afirmou que *"os pescadores têm o gasóleo barato"* e portanto não devem ser apoiados.

Toda a gente sabe, menos o Sr. Ministro, que os preços do gasóleo constituem um custo de operação elevadíssimo para a pesca. Toda a gente sabe também que o gasóleo utilizado pelos armadores em Portugal é isento de impostos. Mas não é só em Portugal. é em todo o Mundo. No entanto, ao contrário dos seus homólogos de Espanha e França, o nosso Ministro acha que não se deve apoiar o sector...

mas das medidas já alcançadas neste país. Portugal responde com uma linha de crédito que não pode ser utilizada pelos pescadores já sobre-endividados, para continuarem a garantir o funcionamento das suas unidades produtivas. **O Sr. Ministro sabe disso e por isso é que a criou**...para não ser utilizada e não ter que abrir os cofres para ajudar o sector que tutela...Conclusão, os pescadores portugueses continuam a lutar sozinhos.

Infelizmente esta parece ser a marca registada, não só deste Ministro, mas também de todo o Governo socialista. **Excelentes na propaganda mas vazios em medidas eficazes.** Seria desejável que o Sr. Ministro ouvisse o sector que há três anos lhe grita aos ouvidos sem direito a respostas, e iniciasse um diálogo que, embora tardio, ainda poderá atenuar males maiores. Aproveitar a revisão do tecto nacional para o valor de mínimis, cujo plafond de apoio foi aumentado para

Ao contrário dos seus homólogos de Espanha e França, o nosso Ministro acha que não se deve apoiar o sector...

Em França, o Presidente Sarkozy garantiu aos pescadores da costa Norte e Oeste Atlântica "Je ne vous laisserai pas mourrir"! (Não vos deixarei morrer). A isenção das contribuições para a Segurança Social durante seis meses renováveis, o provável aumento do IVA sobre os produtos da pesca e abaixamento do preço dos combustíveis para um máximo de 0,30€ por litro foram algu-

30 000 euros por despacho comunitário, ajudar os armadores a debelar a subida galopante do preço dos combustíveis, à semelhança do que fazem os governos espanhol e francês e colocar em prática estratégias que permitam aumentar a margem de lucro dos pescadores na comercialização do pescado, são medidas que se impõe e se afiguram como fundamentais para um sector que há muito se encontra em alerta vermelho



O Parlamento Europeu aprovou a "Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança" que contou com a quase unanimidade dos Deputados europeus. No debate que antecedeu a votação, o Deputado Carlos Coelho defendeu que se "a violência contra quem não se pode defender é particularmente condenável, a violência contra as crianças é especialmente odiosa."

a opinião de Carlos Coelho, é necessária "legislação comunitária que proíba todas as formas de violência contra as crianças, quer seja física, psicológica ou de natureza sexual."

Com efeito, o confronto quotidiano com situações que violam os direitos das crianças "impele-nos a dar respostas eficazes que criem os meios e os métodos mais adequados para pôr fim a este tipo de situações." Segundo dados da UNICEF (2003), morrem cerca de 3 crianças por semana vítimas de abuso e negligência em países como a França, e cerca de 2 por semana na Alemanha e no Reino Unido.

O Deputado do PSD saudou de seguida o empenho dos Estados Membros e das Instituições da União Europeia na implementação de políticas relativas às crianças que têm vindo a "aumentar nos últimos anos." No entanto, a legislação, as políticas e estruturas existentes continuam a ser insuficientes para fazer face a todos o leque de questões que se colocam relativamente à sua protecção quer sejam vítimas de pobreza, tráfico, violência familiar, abuso sexual, pornografia, trabalho infantil, ou utilizados em conflitos armados como é o drama das "crianças-soldados" que persiste no séc. XXI.

Carlos Coelho reconheceu de seguida que a resposta primordial continua a pertencer aos Estados Membros mas é inegável a existência de uma dimensão transnacional europeia. "A União Europeia pode, e deve, assegurar um valor acrescentado essencial no domínio dos direitos da criança."



Felicitou a Comissão Europeia por esta iniciativa que demonstra que "existe a vontade necessária para tornar esta questão uma prioridade de acção para a UE e criar uma estratégia geral da UE para promover e salvaguardar de forma eficaz os direitos da criança no âmbito das políticas internas e externas da União, ao mesmo tempo que deve apoiar os esforços desenvolvidos pelos Estados Membros neste domínio" realçando também o facto de "o novo Tratado de Lisboa incorporar os direitos da criança no âmbito dos objectivos da UE".

Carlos Coelho lembrou que "é necessário melhorar a prevenção, as campanhas de informação e sensibilização e o reforço dos serviços sociais para apoio às vítimas" bem como "as operações transfronteiriças contra os sites Internet de pornografia infantil" com vista ao encerramento desses sites e ao desmantelamento dessas redes criminosas. Segundo Carlos Coelho, na base de dados da Interpol estão contidas quase um milhão de imagens de abuso sexual de cerca 20.000 crianças. No entanto, apenas pouco mais do que 500 dessas crianças foram identificadas e colocadas sob protecção.

Para Carlos Coelho, a **Internet** oferece, sem dúvida, às crianças oportunidades fantásticas para comunicar e obter informação, mas no entanto é "importante incentivar as crianças para que utilizem as novas tecnologias, mas é essencial que possamos garantir que o façam de forma segura."



Duarte Freitas contra

as alterações ao Sistema de Quotas Leiteiras

Deputado **Duarte Freitas** tem vindo a defender que o sistema de quotas leiteiras deve manter-se até 2015 não apenas no nome, mas também no seu conteúdo específico, sob pena de se estar a atirar areia aos olhos dos produtores de leite. Qualquer alteração, como o aumento do nível das quotas ou a diminuição das multas por excesso de produção, significa o desmantelamento da regulamentação em vigor.

Por isso, **Duarte Freitas** já se manifestou contrário à possibilidade de diminuição do nível das multas a partir de 2009 e ao aumento das quotas leiteiras a partir de 1 de Abril deste ano

Neste sentido. **Duarte Freitas** propôs, na Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, a rejeição, pura e simples, da proposta da Comissão Europeia que prevê o aumento de 2% das quotas para a próxima campanha leiteira.

A produção leiteira global da UE está abaixo do somatório das quotas leiteiras (em Portugal estima-se que, nesta campanha, fiquem 140 milhões de litros de quota por utilizar), razão pela qual esta proposta, no entender de **Duarte Freitas**, é apenas um sinal para o mercado no sentido da liberalização que irá beneficiar essencialmente as regiões mais competitivas, mais centrais em relação aos mercados e as grandes indústrias. Acresce que os últimos aumentos do preço do leite aos produtores não compensaram a subida dos factores de produção, como os fertilizantes e os concentrados.

Por outro lado, **Duarte Freitas** tem vindo a defender que, a existir um phasing-out, ele deveria ser posterior a 2015 e tendo sempre por base a compensação de zonas com handicaps permanentes e sem alternativas de produção, como os Açores, que têm dificuldades em competir nos mercados liberalizados e concorrenciais.





Sérgio Marques

nomeado para elaborar relatório sobre um regime fiscal especial para a cerveja da Madeira

Eurodeputado Sérgio Marques foi designado pela Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu (PE) Relator do parecer que o PE vai emitir brevemente sobre a proposta de Decisão do Conselho da União Europeia que **autoriza Portugal** a aplicar uma taxa reduzida de imposto especial sobre o consumo de cerveja produzida na Região Autónoma da Madeira.

A proposta da Comissão Europeia, apresentada em 6 de Dezembro de 2007, autoriza Portugal a aplicar uma taxa de imposto especial de consumo reduzida em 50% relativamente à taxa nacional à cerveja produzida na Madeira, nos casos em que a produção anual da fábrica de cerveja não exceda os 300 000 hectolitros. A produção acima dos 200 000 hectolitros só deve beneficiar de uma taxa reduzida desde que a cerveja seja consumida localmente, sendo que a produção até os 200 000 hectolitros quer seja consumida localmente, quer seja expedida para outros Estados-Membros ou exportada para países terceiros continua a beneficiar da redução do imposto.

Esta medida é essencial para a sobrevivência da indústria cervejeira da Madeira, incluindo a manutenção dos postos de trabalho que ela envolve. As principais desvantagens que as fábricas de cerveja em questão enfrentam devem-se aos custos adicionais que têm de suportar resultantes do seu afastamento geográfico (designadamente, manutenção de um nível elevado de stocks, transporte de matérias-primas e materiais intermédios) e a um mercado local limitado, o que é agravado pela forte concorrência das cervejas produzidas no continente português e noutros Estados-Membros.

Ponderando a importância da certeza jurídica de que os operadores económicos locais necessitam para desenvolver as suas actividades comerciais, a Comissão Europeia propõe a

vigência da Decisão até 31 de Dezembro de 2013. Portugal deverá apresentar um relatório intercalar até final de 2010 que habilite a Comissão a avaliar se as razões que justificaram a concessão da derrogação se mantêm.

Após a apresentação do parecer do PE, sequese a aprovação da proposta pelo Conselho. Sérgio Marques irá assim tudo fazer para com o seu relatório mobilizar o **apoio do Parlamento** Europeu para uma medida de enorme importância para a economia regional.



Vasco Graça Moura critica "truques" chineses

para concorrer com indústria têxtil europeia - Eurodeputados questionam Comissão Europeia sobre têxteis

ara Vasco Graça Moura a produção europeia compete com países que "desvalorizam artificialmente a moeda, não respeitam as regras de protecção ambiental" nem "suportam os custos dela, violam com frequência os direitos de propriedade intelectual" e, o que é "ainda mais grave", no plano sócio-laboral, "além de terem custos salariais muito mais baixos, não aplicam medidas de protecção dos trabalhadores tão rigorosas quanto as europeias."

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, o Deputado Vasco Graça Moura foi um dos autores da questão oral sobre o sector têxtil que foi colocada à Comissão Europeia sobre problemas relacionados com a sustentabilidade do sector e sobre as ameaças vindas de novos mercados como por exemplo a China.

O acordo da OMC sobre têxteis e vestuário expirou em 2005, abolindo as últimas restricões ao comércio de têxteis herdado do Acordo Multifibras. A fim de gerir a transição para o comércio livre no sector dos têxteis, a Comissão Europeia e a China concluíram um "memorando de acordo" em 2005. Este memorando expira em 1 de Janeiro de 2008. Para lhe dar seguimento, a Comissão Europeia e o

Ministério do Comércio Externo chinês acordaram um sistema conjunto de controlo das importações para 2008. (Info PE).

Na sua intervenção Vasco Graça Moura, afirmou que "a globalização tem como consequência no espaço europeu que as empresas produtoras perdem e as empresas que exportam tecnologia ganham. Tudo isto tem reflexos evidentes na coesão interna."

No caso da indústria têxtil, a dimensão de PME de muito do tecido empresarial do sector é, segundo Graça Moura "uma desvantagem num mercado que representa 6% de todo o comércio mundial e um volume de negócios estimado em 566 mil milhões de euros. E muitas regiões produtoras sofrem as consequências dos processos de reestruturação económica, tornando difícil a sustentabilidade do sector."

Vasco Graça Moura vincou a necessidade cada vez mais urgente de respeitar "as regras da OMC e que a Comissão seja capaz de monitorizar as importações", não permitindo, como já sucedeu, que se passe "artificialmente uma esponja sobre os excessos que na prática se verificaram com a China, em relação à entrada de produtos têxteis. "



Propõe por isso que a Comissão adopte todas as medidas de salvaguarda dos interesses da União, incluindo se necessário "a imposição de quotas à China, possível até ao final de

A globalização tem como consequência no espaço europeu que as empresas produtoras perdem e as empresas que exportam tecnologia ganham

2008 no quadro legal da OMC, e a exigência de respeito integral das regras de um jogo justo."

Na opinião do Deputado, "os produtores europeus carecem de incentivos à Investigação e Desenvolvimento e à qualificação da mãode-obra, de um bom acesso aos mercados exteriores e de um bloqueamento eficaz das contrafacções. A propriedade intelectual é fundamento da mais-valia do sector e deve ser defendida a todo o custo para encorajar uma produção de alto valor acrescentado."

A terminar Vasco Graça Moura afirmou taxativamente que "a segurança do consumidor não pode ser esquecida. Cabe à Comissão impedir que qualquer produto nocivo para a segurança das nossas famílias entre em casa dos cidadãos". 🖃







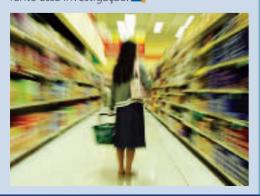
Preocupado com possíveis abusos de hipermercados

Eurodeputado **Carlos Coelho** do PSD assinou hoje uma Declaração Parlamentar com outros Deputados do Parlamento Europeu relativa "à necessidade de investigar e corrigir os abusos de poder dos grandes supermercados instalados na União Europeia".

Tendo em conta que a venda a retalho está cada vez mais dominada por um número reduzido de cadeias de supermercados e que estes distribuidores se convertem rapidamente em "guardas" do mercado, controlando o acesso efectivo dos agricultores e outros fornecedores aos consumidores da UE, os eurodeputados mostraram a sua preocupação face a elementos de informação no conjunto da UE que parecem indicar que as grandes cadeias de supermercados abusam do seu poder de compra para pressionar os fornecedores (estabelecidos quer na UE quer no estrangeiro) a baixar os preços até níveis insustentáveis e para lhes impor condições injustas.

Carlos Coelho e os restantes deputados pedem assim à Direcção-Geral da Concorrência para investigar o impacto que a concentração do sector dos supermercados tem nas pequenas empresas, nos fornecedores, nos trabalhadores e nos consumidores e, em particular, a avaliar os abusos de poder de compra que podem decorrer dessa concentração.

Pedem ainda à Comissão que proponha medidas adequadas, incluindo de carácter regulador, para proteger os consumidores, os trabalhadores e os produtores de qualquer abuso da posição dominante ou de consequências negativas se eventualmente se venham a constatar durante essa investigação.



Propostas de Duarte Freitas que protegem

produtores portugueses incluídas na Reforma do Vinho

oi votado em sessão plenária do Parlamento Europeu o relatório Castiglione sobre a **reforma da OCM do sector do vinho**. Apesar de concordar com a necessidade de reformar a OCM do sector do vinho e de apoiar, em traços gerais, a proposta da Comissão Europeia, **Duarte Freitas** considera que *"o Parlamento Europeu deu um importante contributo, propondo algumas alterações que melhoram substancialmente o documento da Comissão."*

Relatório apoia Portugal

O relatório Castiglione responde à maioria das pretensões portuguesas. De facto, mesmo possibilitando a adição de açúcar, o que não interessa a Portugal. Permite continuar a ajuda à destilação para álcool de boca e suprime o modelo de cálculo dos envelopes nacionais que nos era prejudicial (com um peso do histórico das ajudas duas vezes superior ao da produção).

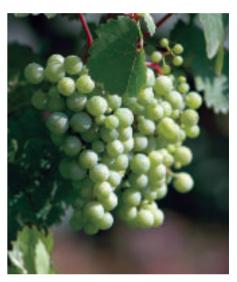
Duarte Freitas lembra que, das mais de 800 propostas de alteração votadas na Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural e em plenário, resultou um relatório, "certamente não ideal, mas que conseguiu obter compromissos muito importantes face à grande diversidade de opiniões e interesses."

A proposta do Deputado **Duarte Freitas** de re-desenhar o modelo de cálculo dos envelopes nacionais acabou por ser incluída num compromisso que alterou profundamente a proposta da Comissão.

A proposta da Comissão:

A Comissão pretendia que o envelope nacional fosse calculado em função das superfícies plantadas com vinha, da produção e das despesas históricas com o seguinte peso relativo: 1/1/2. Face às opiniões muito divergentes, o compromisso que se atingiu foi no sentido de suprimir o peso relativo destes factores. O estabelecimento dos envelopes nacionais passa a ser feito ulteriormente em sede do Conselho.

De referir que o cálculo proposto pela



Comissão não seria o mais interessante para Portugal dado que o factor mais relevante para o nosso país seria a produção em oposição ao histórico das ajudas.

Liberalização total do sector em 2013

Foi considerada a proposta de alteração de **Duarte Freitas** de rejeição da liberalização total do sector após 2013. O compromisso obtido, aprovado em plenário, estabelece que não haverá uma liberalização automática, sendo necessário fazer uma avaliação do sector antes de qualquer liberalização.

Ajudas à destilação do álcool de boca

Duarte Freitas congratula-se ainda com a aprovação da possibilidade de continuarem as ajudas à destilação de álcool de boca, como colocação alternativa de excedentes da produção e muito importante para o sector vinícola português, nomeadamente para o vinho do Porto.

Enriquecimento de açúcar

Finalmente, o Deputado **Duarte Freitas** não concorda com a continuação da possibilidade de enriquecimento de açúcar, que a Comissão pretendia abolir e que, infelizmente, foi novamente incluída no relatório do Parlamento Europeu.



Silva Peneda na BBC

debate demografia

José Silva Peneda participou no debate semanal da BBC sobre questões europeias a convite de Shirin Wheeler que há uns anos a esta parte dinamiza um dos mais conceituados programas sobre assuntos europeus.

O tema deste Debate foi a **Demogra**fia e o Mercado de Trabalho na Europa e as respostas que é necessário encontrar. Como parceiros participaram também representantes do Eurofund, da Associação das Empresas Europeias e da Organização dos Sindicatos Europeus. Silva Peneda como Relator do Parlamento Europeu para o Modelo Social **Europeu** tem participado em diversas conferências nos mais diversos Estados-Membros a convite da Comissão Europeia, de organizações sindicais, empresariais, dos Governos e Universidades. O Deputado do PSD considera que este problema "preocupa todos os sectores e as respostas terão de ser encontradas em conjunto e com muita responsabilidade."

Para Silva Peneda "As consequências da evolução demográfica é um dos grandes desafios que tem de ser enfrentado não só por Portugal, mas também pelos restantes países da União Europeia."

"As mudanças provocadas pela demografia vão seguramente obrigar à tomada de opções em domínios de políticas públicas, entre outras, desde a política fiscal e do financiamento da segurança social até às políticas de ordenamento do território, da organização das cidades, dos tempos livres, do turismo, da cultura, do lazer, da saúde, da administração local, do comércio, da justiça, da imigração e da segurança".

Duarte Freitas questiona

CE acerca das "Quotas de Pescada"



O Deputado **Duarte Freitas**, enviou uma questão escrita à Comissão Europeia, no sentido de esclarecer aquilo que considera serem *"medidas pouco claras e de difícil compreensão"* no âmbito do plano de recuperação da Pescada do Sul ao largo de Portugal Continental.

Em Dezembro de 2007, o Conselho de Pescas, sob a presidência portuguesa, decidiu aumentar em 15% as possibilidades de pesca para este recurso, justificando esta medida com "uma boa recuperação dos stocks desta espécie, com base em estudos científicos realizados pelas entidades competentes".

No entanto, e em paralelo, decidiu reduzir em 10% o esforço de pesca aplicado ao mesmo recurso.

Para DuarteFreitas "estadecisão é aparentemente um paradoxo, uma vez que aplica duas medidas em sentidos opostos!".

O Deputado Europeu considera que "a Comissão Europeia deverá esclarecer melhor esta situação, uma vez que a redução do esforço de pesca vai prejudicar o sector português quando, a avaliar pelo aumento de quota, o recurso parece estar de boa saúde."

Duarte Freitas referiu ainda que "mais uma vez o nosso Ministro das Pescas devia estar distraído...".

Silva Peneda apoia

novos regimes de segurança social para trabalhadores que se deslocam dentro da UE

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório Ory sobre a proposta de alteração do Regulamento relativo à aplicação dos **regimes de segurança social aos trabalhadores** assalariados, aos trabalhadores não assalariados e aos membros da sua família que se **deslocam no interior da Comunidade.**

O Deputado **José Silva Peneda** apoiou o Relatório em debate pois "insere-se numa série de instrumentos que promovem a mobilidade dos trabalhadores e das suas famílias dentro da União Europeia."

Segundo o Deputado português "uma mobilidade acrescida dinamizará o mercado interno, acelerará o crescimento económico o que, por sua vez, contribuirá para a criação de mais emprego."

Na sua intervenção, **Silva Peneda** lembrou a proposta em causa "não visa qualquer harmonização mas sim a garantia de uma coordenação eficaz dos sistemas de segurança social entre Estados-Membros quando um trabalhador se movimenta dentro da Comunidade." Para o Deputado do PSD esta coordenação é "essencial para a livre circulação dos trabalhadores" já que de outra forma "arriscaríamos a perda de direitos adquiridos num Estado-Membro em resultado da sua deslocação para outro Estado-Membro."

Esta proposta vem também contribuir para uma "maior clareza na definição do estatuto de trabalhador e de trabalhador autónomo" para além de incorporar alterações legislativas ocorridas em vários países da União.

Apesar do carácter complexo e técnico do relatório, "ele tem implicações directas na vida quotidiana dos nossos concidadãos." De facto vem acrescentar certeza jurídica, melhorar a protecção e informação dos direitos dos trabalhadores e das condições sociais relacionadas com a sua mobilidade.





nomeado Relator para parecer sobre as conclusões da consulta pública sobre uma Política Marítima Europeia

Deputado do PSD **Sérgio Marques** foi nomeado, na Comissão parlamentar do Desenvolvimento Regional (REGI), **Relator** do PPE para o Parecer sobre a Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, Conselho, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões sobre as **conclusões da consulta sobre uma política marítima europeia.**

A Comissão dos Transportes, responsável pela elaboração deste relatório solicitou um Parecer à Comissão do Desenvolvimento Regional a qual deverá transmitir as suas considerações sobre o **impacto de uma política marítima europeia numa perspectiva regional.**

A Comissão Europeia, na sequência do Livro Verde sobre a política marítima e reconhecendo a importância desta questão, lançou um vasto processo de consulta e analise sobre a forma como a Europa se relaciona com o mar, consulta que evidenciou uma elevada taxa de participação. As reacções mostram claramente o enorme potencial dos mares e a dimensão do desafio que temos pela frente caso pretendamos realizar esse potencial de uma forma sustentável.

Partindo dessas valiosas contribuições, a Comissão propõe uma política marítima



integrada para a União Europeia, baseada no reconhecimento inequívoco de que todas as questões relativas aos oceanos e mares estão interligadas e de que devem ser elaboradas de uma forma articulada.

Duarte Freitas

Relator do PPE para Comunicação da Comissão Europeia relativa às RUP´s (Regiões Ultraperiféricas - PESCAS)



uarte Freitas foi recentemente nomeado **Relator do PPE** para a Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu (PE), ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões, referente aos progressos alcançados e perspectivas futuras relacionadas com a estratégia da UE para as Regiões Ultraperiféricas.

No domínio das Pescas, depois de ter já sido relator do PE para o POSEI- Pescas e Parceria Reforçada para as RUP's, Duarte Freitas será, desta feita, o responsável do PPE para a avaliação deste dossier, devendo elaborar um relatório de análise aos sucessos e lacunas da abordagem comunitária às RUP's. Duarte Freitas considera que, "foram dados passos importantes para a redução do défice de acessibilidade das RUP's, melhoria da competitividade e reforço da integração regional destas regiões". O Eurodeputado refere ainda que, o principal factor para os avanços re-

gistados, "foi e é uma parceria activa entre as instituições europeias e estas regiões."

O Deputado explicou que "a presente comunicação elabora um balanço da aplicação da estratégia da UE para as RUP's desde 2004 e propõe, não apenas medidas de curto prazo para a plenitude dessa estratégia de 2004, mas também, um debate sobre os desafios de longo prazo que as RUP's deverão enfrentar no futuro."

No desempenho das suas funções de de membro da Comissão das Pescas do PE, **Duarte Freitas** pretende "realçar o papel das RUP's na futura política marítima da UE"

O Eurodeputado considera que " o posicionamento geográfico das RUP's no Oceano Atlântico, Oceano Índico e Mar das Caraíbas dá uma dimensão marítima mundial à Europa e confere às RUP's um papel determinante na construção da abordagem holística que a UE pretende para os Oceanos".

Duarte Freitas fez questão de referir ainda "o papel que as RUP's e em particular os Açores, poderão e deverão prestar em certos segmentos da investigação e desenvolvimento tecnológico.

Para **Duarte Freitas** é também fundamental "que as RUP's promovam o seu potencial marítimo valorizando as actividades económicas ligadas à pesca, aquicultura e turismo costeiro."





Carlos Coelho defende

transformação de Europol em Agência Europeia

a sua Sessão Plenária, o Parlamento Europeu debateu o Relatório Diaz de Mera sobre a Europol, que contou com a participação do Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela Justiça e Assuntos Internos, o Comissário Franco Frattini e do Deputado do PSD **Carlos Coelho.**

Tal como lembrou **Carlos Coelho** na sua intervenção, desde 1998 que o Parlamento Europeu rejeitou todas as iniciativas que lhe foram apresentadas quando consultado sobre questões de pormenor relativas à EUROPOL, *"fê-lo por coerência enquanto a EUROPOL*

"O Parlamento Europeu tem a obrigação de apoiar a iniciativa da Comissão de transformar a EUROPOL numa agência da União."

continuasse no âmbito intergovernamental, sem estar sujeita a controlo democrático e jurisdicional."

Esta iniciativa vem dar resposta ao que tem vindo a ser continuamente solicitado pelo Parlamento Europeu e pretende, segundo Carlos Coelho, "converter a EUROPOL numa agência da União, financiada pelo orçamento comunitário e permitindo reforçar o papel de controlo do Parlamento."

Apesar desta proposta ser alvo de enorme controvérsia ao nível do Conselho, Carlos Coelho é da opinião de que cabe ao Parlamento Europeu "não contribuir com mais adiamentos (o nosso parecer devia ter sido transmitido até Maio do ano passado). O PE tem a obrigação de apoiar a iniciativa da Comissão de transformar a EUROPOL numa agência da União."

Na sua opinião o actual quadro jurídico da EUROPOL "dificulta muito, aliás, qualquer processo para actualizar ou alterar as suas



Deverá ser criado um provedor de justiça independente para proteger os dados e do controlo democrático da EUROPOL

competências." A desvantagem deste tipo de Convenções internacionais, em termos de flexibilidade e eficácia, é a necessidade de serem ratificadas por todos os Estados, o que pode demorar anos, conforme se pode ver pelos 3 protocolos que pretenderam introduzir as alterações necessárias.

"O aumento de novas ameaças para a segurança, como é o caso do terrorismo, colocam novos desafios à EUROPOL e exigem uma nova abordagem."

Segundo **Carlos Coelho**, "o aumento de novas ameaças para a segurança, como é o caso do terrorismo, colocam novos desafios

à EUROPOL e exigem uma nova abordagem."
Daí a importância desta Decisão, que "deverá colocar não só a EUROPOL em igualdade de circunstâncias com a EUROJUST e a CEPOL (Academia Europeia de Polícia), mas também deverá tornar o seu funcionamento mais eficaz", alargando o seu mandato "à criminalidade que não esteja estritamente relacionada com o crime organizado e conferindo maior flexibilidade aos seus mecanismos." Ao mesmo tempo tem de ser garantida uma maior transparência e um controlo democrático e jurisdicional.

A terminar **Carlos Coelho** apoiou as recomendações do *"excelente Relatório apresentado pelo colega Diaz de Mera"*, realçando as *"importantes alterações"* que apresentou, *"especialmente ao nível da protecção de dados"*, onde se inclui a ideia de criar um provedor de justiça independente para proteger os dados e do controlo democrático da EUROPOL.



Os Nossos

João de Deus Pinheiro joao.pinheiro@europarl.europa.eu www.joaodeuspinheiro.org

Vasco Graça Moura
vasco.gracamoura@europarl.europa.eu

Maria Assunção Esteves assuncao.esteves@europarl.europa.e www.assuncaoesteves.org José Silva Peneda jose.silvapeneda@europarl.europa.eu

Sérgio Marques sergio.marques@europarl.europa.eu www.sergiomarques.org Duarte Freitas duarte.freitas@europarl.europa.eu www.duarte-freitas.org

Carlos Coelho
carlos coelho@europarl.europa.eu